



Comissão do ESPORTE



Informativo da Comissão do Esporte da Câmara dos Deputados ano 1 - nº 12 - Brasília, 7 de outubro de 2015



Foto: Jordana Ribas / ASCOM CESPPO

Ao final da sessão solene de homenagem, atletas, parlamentares e convidados.

Sessão solene homenageia atletas brasileiros do Pan e Parapan 2015

Os atletas brasileiros que participaram dos Jogos Pan-americanos e Parapan-americanos de Toronto 2015 foram homenageados em sessão solene dia 24 de setembro, no plenário da Câmara dos Deputados. Os investimentos e apoio ao esporte dados pelos poderes executivo e legislativo foram destacados pelos deputados que se pronunciaram e também pelos dirigentes e atletas presentes.

Presidida pelo deputado João Derly (PCdoB/RS), a sessão teve a presença do ministro do Esporte, George Hilton, do presidente do Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), Andrew Parsons, e do presidente da Confederação Brasileira de Judô, Paulo Wanderley, que representou o Comitê Olímpico do Brasil (COB).

“O Pan e o Parapan de Toronto foram demonstrações claras dos recursos que têm sido investidos nos últimos anos em estrutura e preparação dos atletas. Mais de noventa por cento dos atletas que competiram recebem bolsas do Ministério do Esporte, o que demonstra que, quando há investimentos organizados, é possível fazer do nosso país uma potência esportiva”, disse o ministro do Esporte, George Hilton.

Técnico da Seleção Brasileira de

judô no início dos anos 1990 e hoje presidente da confederação brasileira da modalidade, Paulo Wanderley acompanhou o crescimento do suporte dado pelo governo ao esporte no Brasil. “Eu sou testemunha da evolução do esporte brasileiro não só no aspecto de resultados, mas no aspecto de suporte e aporte de recursos. No início dos anos 90, o resultado dos nossos atletas estava muito mais condicionado ao talento de cada um do que às questões de apoio e suporte. Então eu posso falar com propriedade que hoje realmente o esporte brasileiro tem apoio do governo, através de seus vários programas, de convênios, do Bolsa-Atleta e Bolsa-Pódio, do Plano Brasil Medalhas”, enumerou.

Estiveram presentes na sessão solene, representando os atletas que participaram do Pan e do Parapan de Toronto, os judocas Tiago Camilo e David Moura, o patinador Marcel Sturmer, além de Natália Mayara, do tênis em cadeira de rodas; Iranildo Espíndola, do tênis de mesa paralímpico; Ariosvaldo Silva, o Parré, do atletismo paralímpico; e Luciano Resende, do tiro com arco paralímpico.

O Brasil ficou em terceiro lugar no quadro de medalhas dos Jogos Pan-americanos, atrás de Estados

Unidos, com 265 medalhas (103 ouros, 81 pratas e 81 bronzes), e Canadá, com 217 (78 ouros, 69 pratas e 70 bronzes). A delegação brasileira faturou 141 medalhas, com 41 ouros, 40 pratas e 60 bronzes. No Parapan, o Brasil conseguiu a campanha mais vitoriosa da história. Foram 257 medalhas conquistadas pela delegação nacional, com 109 ouros, 74 pratas e 74 bronzes.

Com informações da ASCOM/Min. do Esporte

ESCALAÇÃO

Comissão debate a proibição da utilização de quadras esportivas com piso de madeira pág.2

Dep. EDINHO BEZ participa do Ping-pong pág. 2

Legado dos parques olímpicos de Barcelona e Londres servirão de referência para o Rio de Janeiro pág. 3

Artigo dep. TENENTE LÚCIO pág.4



facebook

facebook.com/comissaoesportecd

Comissão debate a proibição da utilização de quadras esportivas com piso de madeira



Carlos Maurício Zarembo palestrando em audiência pública da Comissão do Esporte

O Projeto de Lei 1.494/15 que proíbe a construção, instalação e utilização de quadras esportivas ou infraestrutura esportiva com piso de madeira foi discutido em audiência pública dia 30 de setembro, na Comissão do Esporte. O projeto é de autoria do deputado Goulart, e está sendo relatado pelo deputado Evandro Roman que propôs a discussão na Comissão.

Participaram do debate o vice-presidente de Desenvolvimento Esportivo da Federação Paranaense de Futebol de Salão, Carlos Maurício Zarembo e o representante da Empresa Pisossul Engenharia Esportiva, João Arlei Eckert Júnior.

De acordo com o deputado Goulart, o projeto é de extrema importância, pois em 2010 foi registrado um acidente grave em uma partida de futsal em Guarapuava/PR, e causou a morte de um jovem em uma competição de futebol de salão. "O jovem se machucou ao dar um carrinho na quadra e um pedaço de madeira teria se soltado do piso e o ferido, a madeira teria entrado transversalmente pela coxa e atingido o intestino do atleta, causando hemorragia interna", conta o deputado.

Atualmente a Federação Paranaense de Futebol de Salão, utiliza aproximadamente 60 ginásios, sendo 21 com piso de madeira (oito particulares e 13 públicos). "Após o acidente de 2010, muitos clubes e prefeituras do estado do Paraná substituíram

o piso de madeira por outro material. Os ginásios que continuaram com o piso de madeira procuraram conservar o piso da melhor forma possível para que não ocorresse o mesmo problema novamente", disse Carlos Maurício.

João Arlei Eckert Júnior afirmou que antes de proibir a utilização do piso de madeira ele aponta que previamente deve-se analisar bem o caso para partir para uma normatização. "Pois hoje, no Brasil, não temos uma norma que rege o piso esportivo", declarou.

Desde 1998, a Pisossul Engenharia Esportiva vem adaptando seu sistema construtivo nas quadras construídas à Norma Din, uma normatização Europeia, com cumprimento de madeira, largura, secagem, espessura, sistema de amortecimento.

O deputado Evandro Roman afirmou que a busca principal deve ser focada na regulamentação. "Assim vetaremos o uso de certos tipos de madeira que não se adequem às normas de segurança", disse.

Deputado Edinho Bez (PMDB/SC)



Foto: ASCOM dep. Edinho Bez

Há itens polêmicos que foram discutidos na Comissão de Esportes, entretanto alguns membros discordaram e, por isso, nós o retiramos de pauta. Assim, entendemos a necessidade de marcar uma reunião com o Ministério dos Esportes, juntamente com outros integrantes da Comissão a fim de trocarmos ideias. Estou com o relatório pronto, mas vamos avaliar algumas questões e tentar chegar a um consenso.

ligados ao futebol também. Mas, em contrapartida, os que conduzem os jogos são amadores. Isso não se justifica! Melhorou, mas ainda deixa a desejar.

3) Qual a atual situação do esporte em Santa Catarina? E como a Comissão do Esporte pode colaborar para o desenvolvimento do esporte no estado?

Santa Catarina é um exemplo em muita área, não apenas no esporte. Mas, como bom catarinense, sou suspeito em falar. Um dos assuntos que defendo aqui dentro da Câmara dos Deputados é o esporte. Acredito que meu estado é diferente de muitos outros ao se tratar de questões ligadas ao esporte, embora ainda precise de algumas melhorias. Mudanças são necessárias, inclusive que alcancem até mesmo a Federação Catarinense de Futebol (FCF). Unir novos pensamentos com experiências de profissionais antigos da FCF é interessante. Mas realmente não há muito que reclamar, tendo em vista que Santa Catarina tem quatro clubes na série A e um na série B. É um estado organizado, estamos acima da média das outras regiões do país, em muitos segmentos. O esporte vai bem, mas entendo que há espaço para crescer.

1) O senhor é o relator do Projeto de Lei nº 6.683/2013 que institui normas gerais sobre esporte, para dar maior transparência à cláusula indenizatória desportiva do contrato especial de trabalho. O que podemos esperar do seu parecer?

A cláusula indenizatória só é devida em duas hipóteses: no caso da transferência do atleta para outra entidade nacional ou estrangeira, durante vigência do contrato especial do tratado esportivo, ou por ocasião do retorno do atleta às atividades profissionais em outra entidade de prática desportiva, no prazo de até 30 meses. A primeira hipótese origina quase integralmente os casos de aplicação da cláusula. No entanto, com a Lei Pelé, surgiu a figura do investidor.

2) O senhor tem demonstrado ser um crítico de arbitragem. O que foi feito e o que poderá ser feito para melhorar a arbitragem brasileira?

Eu apresentei um projeto de lei para profissionalizar a arbitragem no Brasil. Não é possível um país fanático por futebol não ter os árbitros profissionalizados. Obviamente que depois que apresentei o projeto houve um avanço considerável nessa questão. Fizemos uma fusão de várias propostas, com outros deputados, mas ainda não atende as expectativas. Na prática não funciona como deveria. São absurdos os erros cometidos por alguns árbitros, pois acaba desmotivando os atletas, as diretorias dos clubes e novos investidores. A arbitragem é uma coisa séria! Hoje, são investidos altíssimos valores na composição da diretoria, os atletas são profissionais, e os trabalhos

PING-PONG

MEMBROS da Comissão de Esporte - CESPO

Presidente: Márcio Marinho (PRB/BA) 1º Vice-Presidente: Alexandre Valle (PRP/RJ) 2º Vice-Presidente: Hélio Leite (DEM/PA) 3º Vice-Presidente: João Derly (Rede) Membros: Bloco PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB Afonso Hamm (PP/RS) Adelson Barreto (PTB/SE) Alexandre Valle (PRP/RJ) Alan Rick (PRB/AC) Deley (PTB/RJ) Benjamin Maranhão (SD/PB) Fabio Reis (PMDB/SE) Edinho Bez (PMDB/SC) Fernando Monteiro (PP/PE) Ezequiel Teixeira (SD/RJ) Hélio Leite (DEM/PA) João Arruda (PMDB/PR) Hiran Gonçalves (PMN/RR) Marcus Vicente (PP/ES) Jhonatan de Jesus (PRB/RR) Pedro Fernandes (PTB/MA) Marcelo Aro (PHS/MG) Márcio Marinho (PRB/BA) Bloco PT/PSD/PR/PROS/PCdoB Andres Sanchez (PT/SP) Altineu Côrtes (PR/RJ) Carlos Eduardo Cadoca (PCdoB/PE) Chico D'angelo (PT/RJ) Danreli de Deus Hinterholz (PSD/RS) Fábio Mitidieri (PSD/SE) Evandro Roman (PSD/PR) Francisco Chapadinha (PSD/PA) José Rocha (PR/BA) Goulart (PSD/SP) José Ailton Cirilo (PT/CE) Bloco PSDB/PSB/PPS/PV Rogério Marinho (PSDB/RN) Arnaldo Jordy (PPS/PA) Rubens Bueno (PPS/PR) Fábio Sousa (PSDB/GO) Silvío Torres (PSDB/SP) Tenente Lúcio (PSB/MG) Valadares Filho (PSB/SE) PDT Roberto Góes (AP) André Figueiredo* (CE) Damião Feliciano (PB) Flávia Morais (GO) Marcelo Matos (RJ) Rede João Derly (RS). *não está no exercício do mandato

Legado dos parques olímpicos de Barcelona e Londres servirão de referência para o Rio de Janeiro



Após retornarem de Barcelona e Londres, onde visitaram, entre 12 e 19 de setembro, as estruturas dos Jogos Olímpicos realizados nas cidades em 1992 e 2012, respectivamente, os deputados Hiran Gonçalves (PMN/RR) e Fábio Mitidieri (PSD/SE) fizeram um relato do legado deixado pelos eventos, tanto pelo ponto de vista do turismo quanto pela contribuição para o desenvolvimento dos locais onde foram instalados. Além disso, trouxeram sugestões para que o Comitê Organizador das Olimpíadas do Rio de Janeiro em 2016 obtenham o melhor resultado do legado para o Brasil.

“A prefeitura do Rio precisa montar uma estrutura executiva, como uma fundação, para gerenciar tudo que está sendo construído”, ponderou o deputado Hiran Gonçalves. Ele explicou que, caso o comitê organizador não tenha essa estrutura para aproveitar o momento e obter divisas para o município, “a tendência é que não se utilize tudo que for construído”. O parlamentar disse que essa fundação ficaria responsável por viabilizar as parcerias público-privadas para que o legado reverta-se em benefício da comunidade, “tendo em mente que o retorno pode ser a longo prazo”. “Vamos transferir as experiências trazidas de Barcelona e Londres para contribuir com o trabalho que vai ser feito no período pós-Olimpíada, que é tão importante quanto as próprias Olimpíadas, pois vai se reverter em benefício do município, do estado e do país”, projetou o deputado Hiran

Gonçalves. Ele citou as parcerias feitas pelo comitê gestor do parque olímpico de Barcelona com outros países e a integração do transporte público projetada em Londres como exemplos a serem seguidos pelo Brasil.

De acordo com o deputado Fábio Mitidieri (PSD/SE), o objetivo da viagem foi atingido na medida em que os pontos positivos do legado deixado pelas Olimpíadas, tanto em Barcelona, como as obras que se integraram à cidade e o impulso do turismo, quanto Londres, que projeta sustentabilidade e retorno financeiro para seu parque olímpico nos próximos anos, foram assimilados e, agora, serão compartilhados. “O Rio tem que ter como tratar o seu legado, mantendo a estrutura criada de modo que os investimentos passem a ser autossustentáveis após as Olimpíadas para que a sociedade seja beneficiada, use os equipamentos e não continue pagando”, disse. Ele explicou que “o legado da infraestrutura é importante, mas tem o legado esportivo, que tem que ter uma manutenção para que não se torne ocioso e nem oneroso para a cidade e para o estado”.

Texto: ASCOM/ Dep. Hiran Gonçalves

Audiência Pública debate o dia nacional do desporto escolar

A instituição do dia 25 de maio como o Dia Nacional do Desporto Escolar foi o tema de debate da audiência pública do dia 23 de setembro na Comissão do Esporte. A iniciativa é do deputado Fábio Mitidieri, que tem como objetivo colocar no calendário nacional as atividades de desporto escolar, e a data coincide com a fundação da Confederação Brasileira do Desporto Escolar.

Mitidieri defende que o desporto escolar assuma um importante papel no desenvolvimento da cidadania e na dimensão cívica das crianças e jovens praticantes. “Além disso, contribui para a aprendizagem das regras da cooperação e da competição saudável, dos valores da responsabilidade e do espírito de equipe, do esforço para atingir metas desejadas ou da importância do cumprimento de objetivos individuais e coletivos”, afirmou.

De acordo com a Lei Pelé (Lei 9.615/98), o desporto educacional tem como finalidade alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo e a sua formação para o exercício da cidadania e a prática do lazer.

Participaram do debate a diretora do Ministério do Esporte, Andréa Nascimento, o presidente da Confederação Brasileira do Desporto Escolar (CBDE), Antônio Hora Filho, o presidente da Confederação Brasileira de Desporto Universitário (CBDU), Luciano Cabral, e o gerente geral de juventude e infraestrutura do Comitê Olímpico do Brasil (COB), Edgar Hubner.

Andréa Nascimento ressaltou a importância da escola dentro da construção do Sistema Nacional



do Esporte. “Esse processo de democratização do esporte estará efetivamente demonstrado e dará condições para avançar e colocar o esporte como política de Estado e não mais como política de governo”, disse.

Em nome do COB, Edgar falou um pouco sobre o projeto que o Comitê realiza com os Jogos Escolares da Juventude, que tem como objetivo fazer uma transformação social, educacional e cultural do país, utilizando o esporte como ferramenta. “Os Jogos atingem aproximadamente dois milhões de jovens nas seletivas municipais e estaduais e alcança cerca de 40 mil escolas no país. Apesar de os números serem grandes, há um longo caminho para crescer, afinal o Brasil possui aproximadamente 180 mil escolas com alunos na faixa etária dos 12 aos 17 anos”, afirmou.

O deputado João Derly, bicampeão mundial em Judô, afirmou que é fruto do desporto escolar, que iniciou a prática na escola estadual, e classificou o dia do desporto escolar como fundamental para o desenvolvimento da política em prol da área.

Cespo avalia resultados dos Jogos Toronto 2015

A Comissão do Esporte, em audiência pública do dia 24 de outubro, avaliou os resultados da delegação brasileira nos Jogos Pan-americanos e Parapan-americanos de Toronto 2015.

O Comitê Olímpico Brasileiro (COB) atingiu a meta que havia traçado para os Jogos Pan-Americanos de Toronto 2015, ocupar o terceiro lugar no quadro total de medalhas e superar a competição de Guadalajara em número de atletas, que era de 515 e alcançou 590, o número de pódios e bater a marca de 141.

De acordo com a gerente geral de Planejamento Esportivo do Comitê Olímpico do Brasil (COB), Adriana Behar, o desempenho do Time Brasil é considerado pelo COB como mais uma etapa da contínua evolução do esporte olímpico brasileiro. “Graças à parceria entre o COB, confederações, Ministérios do Esporte, Defesa e Ciência e Tecnologia e patrocinadores, conseguimos alcançar as metas traçadas e aumentar o número de modalidades com potencial de medalhas”, disse Adriana.

A meta do Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB) de ficar na primeira posição do quadro total de medalhas dos Jogos Parapan-americanos 2015 foi conquistada, com um total de 257 medalhas: 109 de ouro, 74 pratas e 74 bronzes. A participação em Toronto faz parte de um planejamento estratégico realizado em 2009/2010.

O presidente do CPB, Andrew Parsons, anunciou a meta para os Jogos Paralímpicos Rio 2016 – alcançar o quinto lugar no ranking final.

O patinador artístico Marcel Sturmer, primeiro atleta masculino do país a ser tetracampeão da mesma modalidade nos Jogos Pan-americanos também participou da audiência.



Lei de Incentivo ao Esporte

MEDALHA DE OURO



**Deputado Tenente Lúcio
(PSB/MG)**

O esporte é entendido como ação integrada e complementar ao desenvolvimento humano. É um direito social estabelecido pela Constituição Brasileira e que visa garantir o acesso da população à prática esportiva. O Estado tem por dever constitucional formular políticas públicas direcionadas para a efetivação dessa pauta de ações com fins da vivência do esporte como um direito social.

Com a Lei de Incentivo ao Esporte (11.438/06) pessoas físicas e jurídicas podem incentivar projetos esportivos, de modalidades olímpicas, paraolímpicas e outras por meio de doações ou patrocínios, usando para isso um percentual a ser descontado do valor devido ao Imposto de Renda.

Pessoas físicas podem deduzir até 6% do Imposto de Renda devido. A dedução concorre com outros incentivos fiscais sem, contudo, estabelecer limites específicos, ou seja, poderá ser aplicada em sua totalidade no incentivo ao esporte, por opção do contribuinte.

A Lei de Incentivo ao Esporte tem importante papel em relação aos direitos sociais, pois prevê a possibilidade de pessoas físicas e jurídicas destinarem uma parcela do Imposto de Renda devido na promoção de projetos esportivos e paradesportivos elaborados por entidades do setor. Estimula participação mais efetiva de todos por intermédio de ações diversas, engajados em trabalho conjunto entre governo e sociedade.

Muitos são os benefícios para a empresa incentivadora. Não há necessidade de investir recursos próprios. A empresa escolhe um projeto

e acompanha de perto. É o governo federal o responsável por monitorar e fiscalizar.

Criada inicialmente para durar até 2015, a Lei de Incentivo ao Esporte pode ter seu período estendido, pois tramitam proposta nesse sentido no Congresso Nacional

Para maior evolução é preciso consolidar os procedimentos a serem adotados para o acesso aos recursos captados. Os mecanismos são relativamente novos e vêm sendo implantados pelo governo federal com centenas de entidades desportivas por todo o país para efetivação dos objetivos propostos pela referida legislação. A Lei de Incentivo ao Esporte merece ser reconhecida como uma das principais fontes de financiamento do esporte brasileiro, favorecendo o acesso e a prática desportiva em nosso país.

No Brasil ainda temos muitos atletas sem patrocínio. Eles viajam por contra própria ou com ajuda de pessoas próximas para competir e em outros casos não viajam por falta dessa ajuda financeira. Por esse motivo o atleta pode se desmotivar, chegando até a abandonar o esporte. A Lei de Incentivo pode garantir a esse atleta que ele continue praticando esporte, pois terá recursos necessários, uma vez que empresas ou pessoas físicas se dispõem a ajudar.

Outra forma de ajuda vem da mídia, com seu poder de promoção. Ela pode e deve ser usada para divulgar o esporte e prover nossos atletas, favorecendo ainda mais a captação de recursos e apoio para competições, manutenção esportiva, prática esportiva etc. É preciso dar espaço para divulgação e promoção de outras modalidades como esgrima, hipismo, tênis de mesa, entre outras. Só se tem certeza da prática de outros esportes quando a mídia informa que algum brasileiro perde e/ou conquista uma medalha em campeonatos internacionais. Precisamos dar cada vez mais atenção e espaço ao esporte nacional.

Audiências Públicas

08/10 – Confederações Olímpicas de canoagem, ginástica e desporto aquático, preparação para os Jogos Rio 2016.

14/10 – Futebol feminino

15/10 – Confederações Olímpicas de ciclismo e boxe, preparação para os Jogos Rio 2016.

PROGME-SE

EXPEDIENTE

Presidente: Márcio Marinho (PRB/BA) 1º Vice-Presidente: Alexandre Valle (PRP/RJ) 2º Vice-Presidente: Hélio Leite (DEM/PA) 3º Vice-Presidente: João Derly (Rede/RS) Secretário-Executivo: Lindberg Aziz Cury Júnior Corpo Técnico: Alessandra Müller Vidal Guerra, Cláudio Ramos Aguirra, Flávio Silva Macedo, Gilson Vasconcelos Dobbin, Jaqueline Rodrigues, Paola Mara Alves Silveira, Regina Olímpia Figueira de Bessa. Estagiário: Rodrigo Alves Souza. Jornalista responsável: Jordana Ribas. Programação visual: Akimi Watanabe. Diagramação: Jordana Ribas. Revisão: Ronaldo Santiago. Impressão: Deapa/Cgraf. Tiragem: 1.000 exemplares. Endereço: Câmara dos Deputados, Anexo II, Ala C, Sala 2, térreo. Telefones: (61) 3216-6351/52/53/54. E-mail: cespo.decom@camara.leg.br. Endereço eletrônico da Comissão do Esporte: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cespo>